

Família, sociedade e pessoa

O modo de ser e de funcionar desta realidade a que, sem especial crítica, chamamos mundo não mudou substancialmente desde que, precisamente, estamos aptos a chamar-lhe mundo. E, nós com o mundo, também não mudámos substancialmente. Assim sendo, o modo como olhamos para os actos que nos rodeiam não tem variado muito em sua substância, se bem que tenha variado muito em sua forma exterior. Mas não é esta que conta. A nossa relação com tudo mais não é do que uma apreensão de sentido, daquilo a que os antigos helenos e também o autor do *Evangelho* de João chamam, diferenciadamente, o «logos».

De facto, de muitos modos, tem João razão quando diz que «no princípio era o Logos».¹ Este princípio é o princípio absolutamente primeiro, de antes de tudo, é o princípio que dá como dom absoluto aquilo a que chamamos «ser». Mas é também esse mesmo ser e a possibilidade de o dizer. *Vivemos de e no sentido*, e apenas. É da riqueza substantiva deste sentido que nos alimentamos. Quanto mais sentido, mais ser; quanto mais sentido, mais Deus em nós. É esta a razão pela qual o Emanuel é mesmo o «*Logos*» *connosco e em nós quando o amamos*.

Já vamos perceber o que é que este preâmbulo tem em comum com a família.

Ora, é por meio desta possibilidade de dizer as coisas na forma do seu sentido que podemos dizê-las bem ou dizê-las mal. A palavra de Deus diz sempre bem: assim no acto primígeno da criação. Assim na aceitação do cálice. Mas a palavra humana por vezes diz mal. Por ignorância ou por

¹ Esta anterioridade absoluta encontra-se também no Bem, fundamento absoluto de tudo e a tudo transcendente, como Platão o perspectiva na sua obra *Politeia/República*.

maldade, há sentidos que são mal servidos pela palavra que intenta dizê-los. Designamos certas realidades com termos que lhes não são apropriados.

Com a família acontece esta mesma perversão do sentido: chama-se, sempre se chamou, família a algo que não corresponde a tal. Isto é sumamente grave em termos cristãos, em que existe um modo substantivo muito próprio de entender o que possa ser uma família. Trataremos desta parte do tema mais adiante, com alguma da profundidade que merece.

A família é, mesmo, a condição de possibilidade da humanidade, pelo que todo o estudo que se lhe refere lida com algo de literalmente fundamental para aquilo a que se pode chamar o destino da humanidade, mas a que preferimos chamar a *vocação da humanidade*, que é não a sua diluição assignificativa no arrefecimento físico do mundo, mas a sua salvação e salvação plena. Tudo o que se relaciona com a família é, assim, de uma importância diamantina, o discurso sobre a família, muito longe de ser o habitual escorrer delicado de trivialidades, é um discurso muito duro, pois lida, repetimos, com o absoluto da sua mesma possibilidade. É, pois, um discurso duro aquele que nos espera.

Não vamos tratar da família simplesmente como coisa física, biológica, sociológica, histórica, política, ética, etc., mas, tendo todas estas dimensões em conta, trataremos da sua *essência e substância*, dimensões esquecidas, mas que são as fundamentais e de que todas as outras dependem, dimensões cujo esquecimento provoca, não a chamada «crise da família», mas a *doença da família* e, com ela, pelas razões que iremos pensar, de toda a sociedade, de isso que, se houvesse mesmo família, seria a comunidade humana, algo que nunca existiu, precisamente porque nunca existiu uma família humana universal, apenas alguns bons exemplos de famílias, insuficientes para plenificar a realidade.

Não é verdade que a família esteja, *agora*, em crise. A tomar como certos os pressupostos que informam esta afirmação, a *família sempre esteve em crise*.

De uma forma egoísta, por estarmos a viver a problemática actual ligada à família, sabemos e saboreamos tal movimento, que nos incomoda, ainda que não suficientemente, e, por isso, falamos dele. Mas são os pressupostos da afirmação que têm de ser postos em crise, isto é, joeirados, criticados.

O grande problema não é a família estar em crise, mas pensar-se que possa haver família sem crise: *a família é crise*, é constitutivamente crise e é constitutivamente *crítica*, e tanto melhor é quanto maior for tal crise constitutiva.

Família é movimento (veremos mais tarde «“que” movimento»), acto, acto contínuo de discernimento, de separação do que deve ser do que não deve ser, acto permanente de escolha, de dizer sim ao que é bom para o bem comum da família e de dizer não para o que é mau para o bem comum da família.

A família é, por essência e substância, um acto crítico assim que começa a ser e só pode deixar de o ser quando a própria família deixar de o ser. É quando deixa de ser um permanente acto de crise que a família já não é família, mas um encontro de “cadáveres adiados”, para usar a terrível expressão de Fernando Pessoa/Álvaro de Campos.²

Que se pretende com a família: uma quietude de cemitério? Um motivo de nada fazer? A família é uma espécie de sono sem sonhos, como alguns definem a morte? É que, se não obedece a estes tristes enunciados

² PESSOA Fernando, *Mensagem*, Lisboa, Ática, 1979, Poema «D. Sebastião. Rei de Portugal», p. 42, último verso do poema.

anedóticos, então, a família é, por excelência, o lugar do movimento, da vida, movimento e vida que são necessariamente críticos, que são crise permanente.

Ou não é bem a crise que se contesta na situação de sempre da família (e ainda nem sabemos o que seja isso da família..., mas é assim que habitualmente se procede...), mas o facto de a sua necessária constituição crítica implicar, para que resulte no bem comum de quem a constitui, trabalho? Muito trabalho, aliás? Sacrifício humano, sobretudo a nível psicológico, sacrifício que tanto incomoda isso que nos convenceram que temos cá dentro e que manda em mim e que é o «meu ego».

Será que os críticos da crise da família querem uma «família maná», que só dá trabalho a Deus, ou, numa versão laica, ao Estado? Uma família em que a saborosa felicidade individual, a minha, claro, seja assegurada pelo próprio mecanismo da coisa. Sobretudo uma família “tipo sauna”, junto da qual me possa refugiar depois de um dia cansativo, preparando-me para outro dia cansativo, cansaço assim mitigado porque a “família-sauna”, sem crises, me serve de diário tónico?

É realmente penoso assumir a família como crise permanente de humana convivência, que sempre foi, que é. A humanidade, nos seus textos maiores, foi mostrando esta grandeza crítica da convivência humana próxima, em modelos, a que se chama de «familiares», mas que apenas o são tendencialmente, se partirmos do que é o modelo cristão.

Alguns exemplos: comecemos pela própria *Bíblia*, Adão e Eva, que não constituem família em sentido cristão, são, em termos comuns, uma família em crise: logo a primeira! Mas, ao longo de todo o Texto Sagrado, o que encontramos são relações críticas entre pessoas, relações que

habitualmente designamos por famílias. Não há uma única que não seja crítica.

Nos grandes textos médio e próximo orientais, nos grandes textos helénicos, que são os da nossa tradição, o que encontramos é a mesma permanente crise nas famílias factuais. E sabemos a importância que estas crises tiveram e têm, em seu simbolismo, na nossa cultura. Lembremos apenas as mais conhecidas: Zeus e sua parentela analéptica e proléptica mais próxima; os críticos dramas familiares em torno da bela Helena, de devastadores efeitos políticos e civilizacionais; o mesmo no que diz respeito à figura de Édipo, cuja crise familiar começa com um crime do próprio Zeus e é apenas terminada através dos sacrifícios de Édipo e de Antígona; por fim, o esquecido, talvez porque estranhamente positivo, caso crítico da família de Ulisses e Penélope, único caso que conhecemos em que o sentido cristão de família é proximamente manifestado em território lógico pagão.

Não há uma única família a este nível que não seja uma crise em acto.

Mas também não há uma única família humana real que possa eximir-se à mesma condição. Afirmamos isto não porque sejamos Deus e conheçamos todas as famílias desde sempre, mas porque não é possível haver realidade de relação humana que não seja essencial e substancialmente crítica. Ora, a família é uma relação entre pessoas, relações entre pessoas, um imenso conjunto integrado de relações entre pessoas que, como já vimos, implica, movimento, são movimento, que se consubstancia em escolhas e actos práticos e pragmáticos por elas originados: escolhas e actos que correspondem a separações e junções de possibilidades, definição própria do acto de crise.

Aquilo que comumente se designa por «sociedade», mas que preferimos designar por «cidade», isto é, a interacção de pessoas, quaisquer, começa por ser um conjunto virtual de relações possíveis entre as pessoas, relações que podem ou não concretizar-se. Ora, a família, no seu sentido comum, é um sub-conjunto destas relações possíveis. Assim, toda a *possível família* começa por ser um possível conjunto de possíveis relações entre pessoas concretas. Sem esta estrutura lógica, não há e não pode haver família.

Abstracto em demasia, pode pensar-se. Nem tanto. Vejamos um exemplo: alguém que não gosta de se relacionar seja com o que for, pessoas incluídas, poderá alguma vez constituir família? Teoricamente pode, mas vai estar a entrar num âmbito de cuja actualidade não gosta, pois não é possível haver família sem relações entre pessoas. Provavelmente viverá sempre contrariado porque, se quiser continuar a viver em família, vai ter de continuar a viver em relação, algo de que inicialmente não gostava. Se este não-gosto for mesmo estrutural, irá passar todo um tempo, que pode ser toda uma vida, contrariado. No âmbito do sentido comum de família, quem não gostar de se relacionar não deve constituir família, seja ela segundo o modelo que for. Como se vê, a constituição lógico-essencial-substancial da família importa e muito.

Parte dos problemas que se revelam a nível psicológico ou sociológico podem relevar deste *desfasamento lógico*, pois, logicamente, quem não goste de se relacionar nunca gostará do que é a família enquanto relação e a *família é relação* e não pode não o ser.

Mas que formas pode essa relação assumir? Em termos cristãos, só pode assumir uma essencial e substancial, comumente olvidada, mas em termos culturais e históricos tem assumido e assume muitas. Podemos mesmo dizer que a cada cultura verdadeiramente diferenciada corresponde

uma forma também diferenciada de família. Pensamos que existe uma relação causal recíproca e dialéctica entre forma de cultura e forma de família.

Como não podemos abordar, nem para isso temos a devida preparação, todas as formas de cultura, de família e de relação entre ambas, vamos pensar esta relação de uma forma tipificada.

Pense-se numa cultura em que a relação matriz cultural-família tenha evoluído num sentido semelhante àquele que o desesperado Platão propõe como modelo para a cidade que considera evitar os males das históricas, em que a função sexual procriadora seja anónima. Mesmo que o processo se faça de forma não eugénica – o que Platão não evita –, temos como mecânica factual que os adultos férteis copulam de forma aleatória para que não possa haver qualquer possível ligação entre os seres humanos nascidos e a sua paternidade – quanto à maternidade, tal não é, pelas razões evidentes, possível.

Não podemos imaginar todas as consequências práticas e pragmáticas que tal processo implicaria, mas podemos perceber que as relações humanas seriam muito diferentes de, por exemplo, aquilo que são na sociedade em que vivemos. Num caso como este, que se entenderia por família? A simples relação entre o filho e a mãe, único dos progenitores conhecido? A relação complexa com o todo da cidade? Neste caso, privilegiando a relação com a mãe como *mesmo* mãe, ou transformando esta em apenas uma progenitora tecnicamente entendida, por exemplo, retirando-lhe o bebé logo à nascença e distribuindo todos os novos bebés aleatoriamente por todas as progenitoras com capacidade de amamentar, ou, nem isso, eliminado qualquer contacto com as progenitoras, de modo a que, não havendo «paternidade», também não houvesse «maternidade»?

Passaria a ser a cidade como um todo a família de cada um destes novos bebés, isto é, novos seres humanos? Quem seria *pessoalmente* responsabilizado por cada um deles? Como a família é crise, como gerir cada uma destas nascentes possibilidades de crise e como as gerir a todas? Como proceder para educar estas pessoas postas no mundo deste modo? Que exemplos seguir? Como escolher estes exemplos? Muitas outras questões, virtualmente infinitas em seu pormenor concreto possível, se perfilam necessariamente.

Podemos pensar que esta amostra extrema é estranha, mas podemos também encontrar nela, que se baseia, sem recopiar exactamente, no modelo platónico, partes que se aplicam a realidades históricas por nós conhecidas, algumas presentes, ainda que disfarçadamente, em muitas sociedades.

Mas o que nos interessava como exemplo era mostrar como a matriz cultural de uma sociedade e a matriz da família se encontram estreitamente relacionadas. Assim sendo, como evoluiria a matriz cultural desta cidade dada em exemplo? É impossível imaginar-se. No entanto, uma pergunta dirigida pode já ser feita: sem a materialidade, em seus vários sentidos, dos laços de paternidade e maternidade, como fundar a relação entre as diferentes pessoas? O que é que as une?

Repare-se que todas as matrizes tradicionais conhecidas se baseiam em formas empiricamente verificáveis, o que se pode perceber sempre que, nascendo algum menino ou menina, alguém vem logo dizer: «é mesmo parecido com», nem sempre sendo esta afirmação isenta de intenções perversas.

Podemos, pois, assentar em que a relação entre seres humanos, mesmo ao nível familiar que aqui nos importa, sempre assumiu diferentes formas.

Tal acontece porque são possíveis diferentes formas de associação humana. Estas formas são, então, necessariamente diferentes, o que logicamente implica que tenham todas movimentos próprios e também resultados próprios diferentes operados por tais movimentos. Tal significa, ainda, que nem todos os movimentos de associação humana podem ter resultados semelhantes no que à possível constituição de família diz respeito, quer se entenda esta no seu sentido trivial quer, sobretudo, no sentido que nos irá ocupar mais adiante.

A noção do que isso de «família» seja, no seu possível sentido comum, aquele com que nos deparamos nas nossas conversas quotidianas, não é, assim, algo de estabelecido. Há uma instabilidade, que reputamos de inultrapassável, no que concerne a noção de família. Tal ocorre porque o que a experiência cultural vivida fornece acerca do que é a realidade da família é também instável, não apenas na sincronia das várias culturas, e, no seio destas, das várias sub-culturas, como, na diacronia das mesmas culturas e sub-culturas, em que tal noção vai variando, porque as experiências necessariamente variam, dado que não há e não pode haver duas experiências iguais.

A própria família nunca se subtraiu a esta situação e condição de permanente instabilidade quer a nível nocional quer ao nível do que é o seu acto real, concreto, esse que vivemos, esse que a humanidade foi vivendo ao longo dos tempos.

Mas algo há de permanente na nocionalidade relativa à família, mesmo que não seja possível encontrar uma noção geral e cabal própria pertinente. Por exemplo, *uma família não é*, porque não pode de modo algum ser, *um simples agregado de pessoas numa qualquer forma de interacção*. Em termos antropológicos e políticos, não existe em tal agregado família. Existe simplesmente um conjunto de seres humanos, em

termos de relacionamento físico e biológico, mas apenas nestes níveis. E, nestes níveis, *não há propriamente família*.

Para que haja sociedade ou família, tem de haver uma forma especial de relação entre as pessoas, forma que ultrapassa o mero agregado físico ou biológico. Uma cascalheira é um agregado de cascalho. *Uma sociedade não é um agregado de pessoas*. Entre as pedras constituintes do agregado que é a cascalheira não há outras relações senão as meramente físicas e químicas. Entre os seres humanos há sempre, mas mesmo sempre, *formas propriamente humanas de relação* ou estamos perante não seres humanos, mas cadáveres, restos mortais de seres humanos, ou outra coisa qualquer. A diferença é marcada nas relações humanas por estas serem sempre na forma do sentido, coisa que nem cascalho nem cadáveres, por exemplo, possuem ou podem vir a possuir.

Bem sabemos que é duro este discurso, mas, neste âmbito, a dureza ainda irá aumentar.

Falámos de pedras, mas, e a nível biológico, não há famílias para além do campo semântico da humanidade? Há, se quisermos que haja por analogia. Ora, a analogia tem as suas virtudes, mas também tem os seus vícios e o que se analogia relativiza-se sempre mutuamente, acabando, muitas vezes, por se confundir a lua com a ponta do dedo que para ela aponta. Podemos falar de famílias de chimpanzés, mas estamos imediatamente a antropomorfizá-los e a passar a entendê-los, isto é, a não os entender efectivamente, como extensões semânticas do nosso modo próprio de ser. Como antigo estudante de Biologia, deixaria os chimpanzés e tudo o que simbolizam em paz analógica, por respeito para com a especificidade própria de tais seres. A ciência tem de deixar de ser preguiçosa e de deixar de usar mecanismos mentais já condenados há

milhares de anos, quando se criticava os seres humanos por terem deuses feitos analogamente à sua imagem e semelhança.

Mas aquilo com que a sociedade e a família não são compatíveis são as bestas, estas no sentido humano do termo. Se a animalidade não-humana não tem propriamente sociedades ou famílias, a bestialização da humanidade impede a sociedade e impede a família. E, aqui, tocamos, pela negativa, o ponto fundamental, que nos vai permitir começar a abordar a questão do que é necessário para que possa haver algo que mereça o nome de «família».

Se cada cultura tem um sentido próprio pormenorizado para família, fazendo desta noção algo de verdadeiramente equívoco no concreto da existência humana de sempre, já a ontologia própria do ser humano implica necessariamente que tenha de haver formas de agregação de vários indivíduos, único modo quer de poder haver humanidade quer de poder esta assegurar a sua continuidade.

A humanidade enquanto tal, enquanto propriamente humanidade e não apenas enquanto mais um conjunto diferenciado de bestas, tem uma base ética própria, mas tem também uma base política própria. A família é ontologicamente uma realidade necessariamente política, pois é uma realidade de relação entre dois ou mais indivíduos humanos, entre duas ou mais pessoas.

As pessoas são realidades éticas, antes de mais, como entes cuja capacidade lógica, isto é, de sentido interior, define o que é próprio de tal espécie, consubstanciada em indivíduos capazes de auto-determinação, *sempre*, mesmo independentemente de qualquer contexto; sob pena de não haver humanidade. Pessoa é *autonomia*, do ponto de vista ético.

Mas pessoa é também *autonomia e relação* do ponto de vista político. E é esta e apenas esta a base ontológica propriamente humana da e para a família. Tudo o mais é ou *não-fundamental* ou mesmo espúrio em termos propriamente humanos. Tudo o mais pode ser aplicado, por exemplo, a abelhas ou cães, que não são entidades autónomas ou políticas, senão na mente preguiçosa de quem faz analogias que se limitam a projectar características humanas sobre entidades não humanas.

A família começa sempre por ser algo que depende de uma decisão ética. Mesmo quando isso a que chamamos família o não é, o que provavelmente acontece na maioria dos casos, como veremos adiante. Quer seja para constituir uma verdadeira família quer seja para constituir um seu sucedâneo qualquer, efémero que seja este, é necessária uma decisão por parte de pelo menos um dos futuros membros. Como é claro, se esta decisão for apenas de um dos futuros membros, algo de fundamentalmente errado está em causa. Como exemplo claro e para não ofender alguém de real, podemos invocar os casos em que o velho Zeus entendia poder consorciar-se fora do casamento com jovenczinhas, engravidando-as ou não. Sociologicamente, de algum modo, são famílias. Na realidade, não são, porque lhes falta o fundamental.

Assim, materialmente, família é um conjunto de pessoas em interacção. Formalmente, também. Não há famílias de uma só pessoa. Mas não há limite para o número de pessoas que pode constituir uma verdadeira família. É esta a intuição que está na base de, por exemplo, a ideia de uma «cidade de Deus» agostiniana: *que seja possível a toda a humanidade funcionar como uma total família*, de infinito escopo, não como um mero conjunto imenso de coisas materiais em interacção ou de egoísmos em relação, mas algo de muito diferente, algo de tão poderoso que se pode

aplicar a um número imenso, virtualmente infinito de seres humanos, não apenas já concretamente reais, mas também possíveis.

Família é, assim, uma «associação de pessoas», mas uma associação de pessoas em que o vínculo associativo serve não apenas o bem próprio de cada uma delas isoladamente – o que desmentiria imediatamente o seu carácter de pessoas –, mas serve necessariamente o bem de todas. *A família é uma associação de pessoas que serve o bem-comum de todas essas pessoas, de todas, sem excepção.* É este o sentido que se encontra na narrativa em que o pastor cuida do bem das suas cem ovelhas e não apenas do bem de noventa e nove, deixando a incómoda centésima abandonada.

Apenas a associação de pessoas, seja qual for o número, a partir do necessário «dois», *em que impere indefectivelmente o bem-comum é uma família.*

Poder-se-á dizer que tal é, quando muito, uma utopia ou uma abstracção teórica, pois tal não é realmente possível. Que seja teórico, é verdade, mas não há que ter vergonha de ter capacidade teórica, sobretudo num mundo e num momento em que a ausência de capacidade teórica, deixando a impotente intelectualidade afogada em dados que não consegue interpretar porque precisamente não tem capacidade teórica, está a condenar o mundo a derivas perigosíssimas para aquilo que infelizmente ainda não é, mas deveria já ser a família humana.

No entanto, tal crítica não é aceitável, pois sempre houve famílias pelo menos tendencialmente próximas da perfeição, isto é, famílias em que o bem-comum foi servido e em que apenas a inevitável morte veio destruir mundanamente a ligação de seus elementos a tal bem-comum.

Todavia, para os cristãos, não há apenas famílias, ainda que poucas, eventualmente, que se aproximem da perfeição, houve uma família que a

atingiu, e de que falaremos mais adiante, a Família de Nazaré, *comunidade* perfeita, em que o *amor* sempre prevaleceu.

Ora, tocámos, aqui, o fundamental, quando, propositadamente, introduzimos os termos «comunidade» e «amor». Falta introduzir um outro nobre termo que tornará perfeita a trilogia necessária para que haja verdadeiramente «família». Tal terceiro termo é «amizade».

Esqueçamos a infeliz trivialização a que se condenaram os termos invocados. Brevemente, procuremos redefini-los. «Amizade» é um acto de amor mútuo entre duas pessoas que se amam em semelhante nível de benevolência. «Amor» é o acto por meio do qual uma pessoa quer e realiza o bem do outro. «Comunidade» é o acto geral de um grupo de pessoas em que reina a amizade, isto é, uma reciprocidade de amor. Este amor é gratuito, dirigido apenas ao outro, não espera coisa alguma em troca, senão o bem do outro, e não depende do tempo, sendo já marca do eterno no presente mundano, fruto da indefectibilidade do acto mutuamente benevolente. Constrói para a comunidade um tempo próprio, sempre novo, em que o movimento presente é sempre um movimento de possibilitação do ser do outro. Este tempo do amor e da amizade, da comunidade, ao contrário do velho «Khronos» grego, não come os próprios filhos, permite-lhes a vida, dá-lhes a vida, como, paradigmaticamente, o acto de amor do Criador fez aquando da criação.

O tempo do paraíso, porque era tempo de amor, não permitia que Adão e Eva envelhecessem ou pudessem morrer. E esta é a obra do amor: a vida eterna na forma do bem que se quer, que se realiza. Por isso, exemplarmente tendo sempre feito o bem, desde que aceitou conceber, teve a Virgem, mesmo passando pela mundana passagem da morte do corpo, de ser imediatamente restituída à vida não já do corpo, mas da carne, forma reconhecível do espírito, espírito que, nela, se consubstanciou no acto

indefectível de amor pelo Filho. Este limitou-se a, logicamente, trazer a Mãe para junto de si.

Eis a Mãe, na modelar perfeição: Maria.

Não sabemos do destino último de José, mas podemos desconfiar, ou, melhor, *confiar* em que a recompensa pela sua exemplaridade paternal de pai *não-físico* e, assim, ainda mais meritório, tenha sido divinamente servida. Todos nós teríamos viscerais saudades de tal Pai. Todos nós não somos tão generosos quanto o menino Emanuel, tão bem guiado pelo discreto saudoso homem que o guardou como carne de sua carne, isto é, como espírito do seu espírito.

E a família é isto. Ou não é coisa alguma de verdadeiramente humano. É coisa de bichos. Dura verdade, mas nem por isso menos verdade.

Podemos, assim, dizer que *«família» é toda a comunidade em que o laço de relação que a unifica é constituído pelo acto de amor, pela caridade.*

Família é a caridade em acto entre pessoas.

Há família onde houver dois ou mais seres humanos, quaisquer, cuja relação seja uma mútua oblação de caridade, acto em que se entre-criam, por meio do mútuo amor, participando do acto criador de Deus.

Note-se que a conclusão a que se chegou pode ter uma leitura laica universal que, em nada, a modifica, senão na ligação com a dimensão religiosa: «família é uma comunidade unida pela acção segundo o amor mútuo». Não é preciso professar-se formalmente qualquer religião para que tal aconteça. Acontece que, materialmente, se está a cumprir o mandamento da caridade, mesmo sem que de tal se tenha consciência. São estes os

justos, sempre tais aos olhos, impossíveis de enganar, de Deus, mesmo quando, perante os nossos, falíveis, possam parecer diversamente.

Mas é o acto de amor, de caridade, que define a essência e a substância da família. E este acto de amor é perenemente crítico, pois tem de constantemente escolher o que se afigura como o melhor para esse, para esses que se ama. Trabalho difícil e que implica uma capacidade crítica por parte de cada membro da família, capacidade que tem de ser aprendida, treinada, interiorizada e posta a funcionar como se de um acto de respiração se trate.

Encontramos, aqui, a questão da *educação*, da *formação* do ser humano como *propriamente pessoa*, na relação com *princípios* e *valores*.

O horizonte *humanamente natural* da e para a família é a eternidade, pois, pela negativa, como posso eu amar alguém pondo um limite qualquer para esse amor? Pela positiva: o meu acto de amor por alguém só faz sentido pleno se não tiver qualquer limite assinalável, nem mesmo os meus limites, pois só faz também sentido se estes forem por sua vez limitados pelo amor de Deus, que é infinito, isto é, não tem mesmo limites positivos, quaisquer.

Assim, o amor que constrói a família, o acto de caridade mútuo e permanente que a ergue contra tudo e pelo seu bem é, em última análise, o próprio acto de Deus como possibilidade, como vocação, como promessa, sem fim, de bem.

É isto que se encontra plasmado, consubstanciado, incarnado na família de Nazaré, família que é um acto de caridade, acto de caridade puro, pois nem de uma família dita natural se trata, dado que não há vínculo físico entre Cristo e José. Mas há um outro, muito mais forte: o preciso acto de amor, que faz do menino Emanuel carne da carne de José,

essa carne que é a que sente angústia por alguém que se ama quando está em perigo, mesmo nada de biológico tendo em comum. Mas *é a carne que sente*. É a carne que sente angústia pela minha Mulher, pela real, com quem não tenho qualquer ligação biológica senão a de sermos da mesma espécie animal. Mas não é a biologia ou a animalidade que sentem tal angústia, é a carne, quer dizer, o meu espírito aqui presente, no absoluto do acto que constitui o nosso ser em crítico devir.

Isto porque *esta carne é a encarnação de um princípio*, o já aludido da caridade: *a minha carne é a consubstanciação mundana do meu acto de caridade*. Este é o princípio. E é dito por Cristo como o seu novo mandamento.

De outra coisa não temos estado a tratar. *Universal mútua caridade: eis o princípio fundamental que institui e constitui a família*. Se cumprido, Agostinho bem o percebeu, temos imediatamente, *aqui*, no mundo, a Cidade de Deus. Cidade de Deus que já existiu na forma carnal da Sagrada Família. Não é uma utopia ou um acto escatológico transcendente, mas a realidade do amor familiar de Jesus, Maria e José.

O cristão não tem desculpa para a sua falta de amor e de sentido de família.

Mas já o hebreu não tinha – bem como o leitor do Aristóteles teórico da amizade –, pois, por meio do conjunto de princípios que são os velhinhos «Dez mandamentos», possuía já tudo aquilo de que necessitava para poder funcionar em Família. Não temos aqui tempo para estudar cada um dos Mandamentos em função deste tema, pelo que fica lançado o desafio a que os leitores o façam.

Mas *princípios não são valores*: estes dependem de uma avaliação, sempre falível quando a inteligência em jogo é finita, caso que é o nosso. A

única avaliação justa é a que Deus faz e fá-lo no fim de cada dia criado, fá-lo sempre que aprecia positiva ou negativamente a acção dos seres humanos. Estes devem abster-se de valores, a não ser aqueles dados imediatamente por Deus, e *funcionar segundo princípios*, que não dependem de avaliadores finitos e constituem as condições de possibilidade do ser. Também do ser da família. Este depende mediatamente do cumprimento dos mandamentos antigos e imediatamente do cumprimento do «mandamento novo».

Segundo este mandamento, a família é relação segundo a caridade, a própria filiação é segundo a caridade. Família não é comércio de vendilhões em sagrado templo de humana carne, é a presença terrena da possível e actualizável semelhança incarnada em seres humanos da pericorese da Santíssima Trindade.

Estamos muito longe da imagem da família como ajuntamento qualquer de seres humanos, formalizado ou não, reconhecido socialmente ou não, reconhecido juridicamente ou não. Nada disto conta fundamentalmente. Em nenhum destes patamares se joga o fundamental. Tudo isto pode não existir e haver família como comunidade de amor. Imagine-se que um César qualquer tinha resolvido não reconhecer o matrimónio entre Maria e José: nem por isso a Família Santa teria deixado de o ser. Pode morrer-se de fome e não se morrer como família, se não faltar a caridade. Pode viver-se como família a um mundo de distância uns dos outros, se não faltar a caridade. Mas não se pode viver como família se, havendo tudo o mais, acessório, não houver a caridade.

A família, qualquer seja, é fértil, de muitos modos, desde que haja caridade; sem esta, será sempre estéril, mesmo quando, por vezes, produz entidades biológicas destinadas a uma vida desumana, por falta de caridade.

Família é caridade universal entre pessoas. Ou não é família alguma. *Entre quaisquer duas ou mais pessoas em que a caridade impere como acto de mútuo amor, de verdadeira amizade, há família.* É a nossa falta de caridade que nos impede de constituir verdadeira família.

Mas, sem caridade, que sou eu?

São Paulo di-lo definitivamente. E remete-nos para a caridade com Deus, em que seremos família com Ele. Mas tanto mais próximos de Deus seremos quanto mais tivermos sido capazes de ser caridade em acto aqui, isto é, quanto melhor tivermos consubstanciado a nossa capacidade de amar, dada por Deus, na construção da família humana.

Pensemos o juízo final segundo esta questão: então, Américo, que família foste tu, lá por baixo, capaz de incarnar?

Américo Pereira

Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa